


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003406-36.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**
 Embargante: **L.a. Laser Negocios Ltda - Me**
 Embargado: **Corporeos – Serviços Esteticos Ltda.**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PROCESSO 1003406-36.2018

Vistos.

LA LASER NEGÓCIOS LTDA moveu os presentes **EMBARGOS A EXECUÇÃO**, movida por **CORPÓREOS SERVIÇOS ESTÉTICOS LTDA**, todos devidamente qualificados nos autos.

Aduz a embargante, em síntese que: trabalha com intermediação de compra e venda de equipamentos para tratamentos estéticos e que adquiriu da embargada, em 27 de abril de 2017, dois equipamentos; Conforme combinado em contrato efetuou parte do pagamento em cheques. Alegou que, após adquirir os equipamentos da embargada, os vendeu a terceiros. Ocorre que, ao receberem os equipamentos, os compradores perceberam que a embargada não havia encaminhado as notas fiscais, documentos necessários para exercício da garantia de eventuais problemas. Insistiu por diversas vezes para que a exequente enviasse as notas fiscais e não obteve êxito. Dessa forma, como não obteve retorno, suspendeu o pagamento sustando os cheques.

A inicial veio instruída com documentos (fls. 07/43).

Devidamente citada a embargada apresentou impugnação aos embargos (fls. 60/66) alegando preliminarmente que não merecem eles ser acolhidos, visto que não estão devidamente instruídos. No mérito argumenta que: a embargante teria sustado os cheques em razão de uma hipotética e incomprovada

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

desarmonia comercial que não justifica tal conduta; não ficou comprovado que a entrega foi efetuada de forma irregular e teria causado prejuízo aos compradores. No mais, rebateu a inicial. Pediu que fosse acolhida a preliminar arguida e a improcedência dos embargos.

As partes foram instadas a produzir provas (fls.67) e permaneceram inertes (cf. certidão de fls.70)

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

As partes admitem que as cambiais estão vinculadas ao negócio especificado a fls. 08 e ss.

A embargante reconhece a compra das máquinas, sua entrega bem como o saque dos títulos (cheques) para pagamento dessa transação (v. fls. 02, parágrafo 2º).

Tenta justificar a “sustação” pelo fato dos bens terem sido entregues desacompanhados das notas fiscais, o que segundo penso não justifica tal agir (a sustação).

Essa situação deveria ser resolvida em outra via e não com a retenção do pagamento.

Nesse ponto cabe ressaltar que no contrato foi prevista expressamente a “reserva de domínio” pelo vendedor “até a total quitação das parcelas estabelecidas pelas partes para o pagamento”...

Ou seja, enquanto aquele não se completar os bens ainda pertencem ao vendedor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por fim, é importante consignar que a “garantia” foi concedida pelo vendedor condicionada apenas a instalação dos bens (v. cláusula 2ª, fls. 09) e não a exibição das notas fiscais, o que permite concluir que a resistência da ré é realmente protelatória.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,
JULGO IMPROCEDENTES ESTES EMBARGOS.

Ante a sucumbência, fica o embargante/requerente condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono da embargada, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa.

Transitada em julgado esta decisão, caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 14 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**